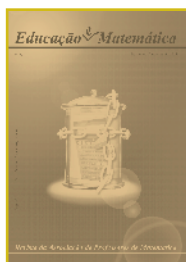


**nº 75**  
**Novembro/  
Dezembro  
de 2003**



# Reforma? Não, obrigado!

Rui Canário

## EDUCAÇÃO E MATEMÁTICA

*Directora*  
Joana Brocardo

*Subdirectora*  
Adelina Precatado

*Redacção*  
Alice Carvalho  
Ana Paula Canavarró  
António Fernandes

Elisa Figueira  
Fátima Guimarães  
Helena Amaral  
Helena Fonseca  
Helena Rocha  
Isabel Rocha  
Lina Brunheira  
Manuela Pires  
Maria José Boia

*Colaboradores Permanentes*  
A. J. Franco de Oliveira

*Matemática*  
Branca Silveira  
“Tecnologias na Educação Matemática”

José Paulo Viana  
“O problema deste número”

Lurdes Serrazina  
*A matemática nos primeiros anos*  
Maria José Costa

*História e Ensino da Matemática*  
Rui Canário

*Educação*

*Paginação e Pré-Impressão*  
Gabinete de Edição da APM

*Entidade Proprietária*  
Associação de Professores de  
Matemática

Rua Dr. João Couto, 27-A,  
1500-236 Lisboa

*Tiragem*  
5000 exemplares

*Periodicidade*  
Jan/Fev, Mar/Abr, Mai/Jun,  
Set/Out e Nov/Dez

*Impressão*

Gráfica Torriana  
Fonte Santa, Paúl  
2580-250 Torres Vedras

N.º de Registo: 112807  
N.º de Depósito Legal: 72011/93

Com a apresentação de uma proposta de Lei de Bases da Educação, o governo promete-nos uma “profunda reforma estrutural da educação em Portugal” que seria herdeira e continuadora da reforma conduzida por Roberto Carneiro, iniciada em 1986. Para quem guarda a memória do fiasco em que se traduziu essa tentativa reformadora, esta promessa não pode deixar de soar mais como uma ameaça. Como se costuma dizer, gato escaldado de água fria tem medo. A Reforma Educativa, que se *arrastou* entre 1986 e os meados dos anos 90, confirmou, em Portugal, a asserção, largamente evidenciada por todo o mundo, de que não são as reformas que mudam as escolas, mas sim as escolas que mudam as reformas. Os principais mentores e concretizadores da Reforma rapidamente perceberam e reconheceram os limites de uma metodologia de mudança, construída de cima para baixo e baseada na coerção legal. O termo reforma passou a ser evitado e criticado. A partir de 1995, a reforma *sumiu-se* e o Pacto Educativo cumpriu a função de ajudar a esquecerê-la.

Hoje, pelos vistos, a Reforma está de regresso, com evidente falta de oportunidade e de pertinência. Se, já em 1986, o mito da Reforma era “um erro político crasso” (como reconheceu Roberto Carneiro), repetir agora esse erro seria incorrer num anacronismo que nada contribuirá para resolver o nosso mais importante problema: melhorar o desempenho das escolas. Para o conseguir, só há um caminho sério que é o de apostar na autonomia dos estabelecimentos de ensino, com uma tripla finalidade: reforçar a profissionalidade docente; fazer de cada escola uma organização capaz de aprender com a experiência; construir uma estratégia indutiva de mudança, apoiada nos bons exemplos que existem no terreno. Se temos razões para encarar com cepticismo o anúncio de uma *nova reforma*, esse cepticismo reforça-se quando nos confrontamos com a política seguida pela actual equipa ministerial e que a proposta de Lei de Bases pretende consagrar.

Uma política que contraria a autonomia e reforça o centralismo: até agora não foi dado um único passo para concretizar contratos de autonomia com as escolas, previstos na lei, mas avançou-se num processo burocrático e centralista de promover agrupamentos à força. Uma política que combina os inconvenientes da nossa tradição centralista e estatal com a inspiração em valores de competição e emulação, próprios do mercado: foi suspenso um programa de avaliação das escolas, mediática e politicamente substituído pela publicação de *rankings*, sem que às escolas com resultados menos bons seja facultado (como foi prometido) qualquer apoio. Uma política que, liquidando, sem glória nem proveito, qualquer política de incentivo à inovação (encerramento do IIE, fim de programas de apoio financeiro e pedagógico a iniciativas das escolas), se priva de aproveitar o capital de inteligência de que as escolas e os professores são depositários. Uma política em que as preocupações retóricas com a qualidade da formação dos professores coexistem, quer com o marasmo e a indefinição em que continuam a viver os Centros de Formação de Associações de Escolas, quer com a tomada de decisões inconsequentes, como é o caso da suspensão do processo de acreditação dos cursos de formação inicial, desperdiçando-se (uma vez mais sem glória nem proveito) recursos, conhecimento e trabalho.

Não se põe em dúvida que, a concretizar-se, a *profunda reforma* que nos prometem terá consequências para o nosso futuro. O problema reside em saber se é desejável o futuro que nos anunciam.

Rui Canário  
FPCE da Universidade de Lisboa